



OS DESAFIOS PARA A INTRODUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO CRISTÓVÃO (SE)

THE CHALLENGES FOR THE INTRODUCTION OF THE NATIONAL POLICY FOR THE COMPREHENSIVE HEALTH OF THE BLACK POPULATION IN SÃO CRISTÓVÃO (SE)

Ighor Galindo Amancio ¹
Aíla Cristhie dos Santos Cardoso ²

Manuscrito recebido em: 10 de junho de 2022.

Aprovado em: 28 de novembro de 2022.

Publicado em: 26 de dezembro de 2022.

Resumo

Objetivo: Delinear caminhos para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município de São Cristóvão, SE, 2022; Fomentar o desenvolvimento de ações e estudos voltados para a Saúde da População Negra. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência qualitativa. Foi formada uma equipe de referência entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município e integrantes da Universidade Federal de Sergipe, a qual promoveu coleta de dados com quesito raça-cor, reunião de sensibilização com gestores e coordenadores da SMS e realização de atividade com a comunidade, voltada para as mães negras. Ademais, mais atividades serão realizadas durante o ano. **Resultados:** Em relação aos dados coletados, foi observada negligência quanto a coleta do quesito raça-cor, porém, foram repassados para melhor análise e interpretação. A reunião com os gestores os sensibilizou de maneira positiva e rendeu apoio ao projeto. Por fim, a ação com as mães negras melhorou o reconhecimento do projeto frente à comunidade e permitiu o conhecimento do perfil social das mulheres presentes. **Conclusão:** A experiência relatada possui papel social importante no contexto em que está inserida e poderá servir como espelho para estudantes, pesquisadores e, até mesmo, gestores da área da saúde para promover um sistema de saúde com mais equidade e qualidade para toda a população, especialmente, para a população negra.

Palavras-chave: Saúde da População Negra; Equidade; Sistema Único de Saúde; Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; São Cristóvão.

Abstract

Objective: Delineate ways for the implementation of the National Policy for the Comprehensive Health of the Black Population in the municipality of São Cristóvão, SE, 2022; Foster the development of actions and studies focused on the Health of the Black Population. **Methods:** This is a qualitative experience report. A reference team was formed between the Municipal Health Department (MHD) of the municipality and members of the Federal University of Sergipe, which promoted data collection with the race-color issue, an awareness meeting with MHD managers and coordinators and carrying out activities with the community, aimed at

¹ Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2441-3697> E-mail: ighoramancio@gmail.com

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0934-0111> E-mail: cristhieaila@gmail.com



black mothers. In addition, more activities will be carried out during the year. **Results:** Regarding the collected data, negligence was observed regarding the collection of the race-color item, however, they were passed on for better analysis and interpretation. The meeting with the managers raised their awareness in a positive way and gave support to the project. Finally, the action with the black mothers improved the project's recognition in the community and allowed the social profile of the women present to be known. **Conclusion:** The reported experience has an important social role in the context in which it is inserted and can serve as a mirror for students, researchers and even health managers to promote a health system with more equity and quality for the entire population, especially for the black population.

Keywords: Health of the Black Population; Equity; Unified Health System; National Policy for the Comprehensive Health of the Black Population; São Cristóvão.

INTRODUÇÃO

A partir do processo de escravização das pessoas negras africanas e, respectivamente, a vinda delas para o Brasil, a datar do século XVI, é certo que os africanos foram não apenas deslocados geograficamente mas também tiveram seu modo de vida, sua espiritualidade, sua língua e suas formas de cura, massacrados e destruídos. Diante disso, os negros escravizados, destituídos de sua cultura e imersos em vivências violentas, passaram por um processo que demonstra impactos até os dias atuais em suas vidas e na sua saúde. Com isso, apesar da abolição da escravidão, as pessoas negras no Brasil atual são as que mais morrem por causas externas, doenças crônicas e infecciosas¹.

Outrossim, a maior parte dos problemas de saúde são provenientes das condições sociais nas quais os grupos mais vulneráveis estão submetidos, os chamados “Determinantes Sociais em Saúde”, que podem ser fatores econômicos, culturais, sociais, étnico-raciais, comportamentais e psicológicos, de acordo com a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)². Sendo assim, a questão étnico-racial pode e deve ser considerada um determinante da saúde da população brasileira, já que está conectada a diversos malefícios, dentre eles sociais, culturais e econômicos, há mais de 400 anos, que afetam direta e indiretamente à saúde das pessoas negras. Por isso, em 2009 foi promulgada pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), com objetivo de:



Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.¹

Apesar da PNSIPN existir há mais de uma década, apenas 28% dos municípios brasileiros tinham implantado a política, até 2019, de acordo com o IBGE, e ao avaliar a quantidade de municípios que adotam a política e possuem uma instância específica para coordenar e monitorar as ações voltadas à saúde da população negra, o índice cai para 3%³. Essa negligência municipal para com a saúde dos cidadãos negros, de certo, piora os índices epidemiológicos e pode ser configurada como racismo institucional definido como "O fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica"⁴.

A realidade citada, infelizmente, não é diferente no município de São Cristóvão, em Sergipe, o qual possui 67% de sua população formada por pessoas negras, de acordo com dados do IBGE de 2017 e ainda não adotou PNSIPN de forma efetiva⁵. Esse dado é ainda mais alarmante visto que, dos anos de 2009 a 2019, de acordo com o Departamento de Informática do SUS (DataSUS), 91,2% dos óbitos por causas externas do município ocorreram na população negra e, do total de mortes por agressão na cidade, no ano de 2019, 97,8% também foram em pessoas negras⁷.

Partindo das informações apresentadas, foi criado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o projeto de extensão "Caminhos para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em São Cristóvão - SE", com apoio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) do município de São Cristóvão, em que foi formada uma referência técnica composta por integrantes da UFS e da Secretaria Municipal da Saúde de São Cristóvão.

Destarte, o objetivo da criação do projeto citado é atuar conjuntamente com a SMS de São Cristóvão para dirimir as iniquidades em saúde; garantir que os princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde, como a universalidade e equidade, sejam cumpridos e aplicados; como também melhorar a qualidade de vida da população negra do município; por fim, demonstrar a importância da PNSIPN para que, assim, o projeto sirva de exemplo para outros municípios.



RELATO

- Contexto da intervenção

O município de São Cristóvão é o quarto mais antigo do Brasil, foi o primeiro município e primeira capital do Estado de Sergipe, sendo denominada como “Cidade-mãe” do estado. A cidade possui um contingente populacional de 91.093 pessoas, de acordo com dados do IBGE de 2017, sendo 67% referente à população negra, o que demonstra uma expressividade em relação a esse grupo de indivíduos. Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o município possui um alto índice de vulnerabilidade (entre 0,401- 0.500)^{5,7}.

De acordo com o cadastro no E-SUS, até a data de 30 de novembro de 2021, o município de São Cristóvão possui uma população de 77.201 pessoas, o que demonstra uma cobertura do SUS de aproximadamente 85% no município, contendo predominante o sexo feminino e o perfil étnico-racial negro⁸.

Além disso, em relação a mortalidade, em 2019, com base no DataSUS, 58,02% dos casos de morte foram representados por agressão e, desse total, 97,8% ocorreram na população negra, o que evidencia a disparidade racial que existe no município quanto à vulnerabilidade⁶.

Apesar dos dados alarmantes, ainda há uma falha quanto a coleta do quesito étnico-racial da população e, por esse motivo, uma negligência quanto a criação de políticas públicas para os cidadãos negros do município. Nesse contexto, nasce o projeto de extensão “Caminhos para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em São Cristóvão - SE” da Universidade Federal de Sergipe para atuar no município e encontrar caminhos para suprir a necessidade de saúde da população negra, a qual é a mais afetada pelas mazelas sociais.

- Público-alvo

O público-alvo é a população negra do município de São Cristóvão e os profissionais atuantes na Secretaria Municipal da Saúde de São Cristóvão. Em relação à população negra, todos os indivíduos desse grupo, residentes da cidade de São Cristóvão, devem e podem ser abarcados dentro do projeto, porém, há o intuito de atingir, principalmente, as pessoas negras que estão em situação de risco e



vulnerabilidade social. Ademais, os profissionais que trabalham na SMS, como gestores, coordenadores, agentes comunitários de saúde (ACS), entre outros, também serão atingidos, já que a permanência da PNSIPN no município depende intimamente da atuação desses profissionais.

- Descrição das ações

Inicialmente, a partir do mês de março de 2022, foram realizadas coletas de dados epidemiológicos com referência étnico-racial a partir dos meios disponíveis, como o DataSUS, utilizando 20 indicadores sociais de saúde, relacionados a diretrizes nacionais, como mortalidade prematura, proporção de parto normal no SUS, taxa de mortalidade infantil, entre outros. A coleta já foi realizada e o projeto está na fase de interpretação dos dados encontrados. Infelizmente, foi constatado que em diversos indicadores não há a coleta por raça/cor, o que dificulta a leitura mais fidedigna da realidade.

Ao início do mês de maio de 2022, foi promovida uma reunião com os gestores e coordenadores da SMS de São Cristóvão com o objetivo de apresentar de forma mais aprofundada o projeto, os motivos da necessidade da implementação da PNSIPN no município e para sensibilizar a equipe em questão sobre o assunto.

Ao final do mês de maio, verificou-se, de acordo com dados do Ministério da Saúde, que as mulheres negras morrem mais por homicídios, suicídios e mortes mal definidas do que as mulheres brancas e que, além disso, há maior ocorrência de transtornos mentais comuns em mulheres negras, com baixa escolaridade, chefes de família, com filhos, que não moravam com seus companheiros, com renda média de até um salário mínimo⁹. Assim, realizou-se uma ação chamada “Saúde Mental das Mães Negras”, na Academia da Saúde do Conjunto Rosa Maria. A atividade foi voltada para o acolhimento das mães negras do município, que passam por diversas situações de violência física e psicológica, todos os dias, simplesmente por suas condições de mulher e de negra. A ação contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas e montou-se uma roda de conversa com a presença de uma psicóloga e com a referência técnica de saúde da população negra. Pretende-se que essa ação seja periódica e não apenas durante o mês das mães, para entendimento das necessidades desse segmento populacional e promoção de ações direcionadas.



Por fim, nos próximos meses do ano de 2022, serão aplicados questionários para com os agentes comunitários de saúde e profissionais da saúde sobre a realização da coleta do quesito étnico-racial, sobre o entendimento deles acerca da PNSIPN, para produção de dados e realização de processos de educação permanente sobre a saúde da população negra e capacitação desses indivíduos para coleta correta dos dados raça-cor.

- Resultados alcançados

Até o presente momento, foram obtidos como resultados:

- A coleta de dados étnico-raciais, por meio do DataSUS, a partir de 20 indicadores sociais de saúde, os quais estão em processo de análise e interpretação;
- O apoio dos gestores e coordenadores da Secretaria Municipal de São Cristóvão para o processo de implementação da PNSIPN;
- Reconhecimento da referência técnica por parte da população, a partir da Ação “Saúde Mental das Mães Negras”, na qual foi possível caracterizar o perfil social das mulheres que compareceram ao evento, para promoção de ações permanentes.

- Discussão

A descrição da experiência se deve à gritante necessidade de aplicação de políticas públicas de saúde voltadas para a população negra, em virtude da negligência dos órgãos públicos quanto à aplicação da Política Nacional de Saúde Integral em seus territórios, a qual, promulgada em 2009 pelo Ministério da Saúde, teve mais de uma década para ser introduzida.

Dessa forma, por entender que determinadas ações de saúde só podem ser realizadas mediante dados que comprovem essa necessidade, em um primeiro momento foi necessário a coleta dessas informações a partir de plataformas do Sistema Único de Saúde. Essa coleta mostrou-se bastante complicada em virtude da escassez de dados com o preenchimento do quesito raça-cor, principalmente



no âmbito hospitalar, o que restringiu a atuação do projeto na atenção secundária. Apesar da portaria 344 do Ministério da Saúde, publicada em fevereiro de 2017, tornar obrigatória a coleta do quesito raça/cor e o preenchimento desse quesito pelos profissionais atuantes no serviço de saúde, uma negligente coleta ocorre em todo o país e, em 2021, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) alertou ao Ministério da Saúde sobre a necessidade do preenchimento do quesito raça-cor para evidenciar as desigualdades sociais e sistêmicas do país^{10,11}.

Nessa perspectiva, a ausência da coleta do quesito raça/cor demonstra um despreparo do município para entender qual o público se atende e como se deve atendê-lo, por isso, será primordial processos de capacitações dos profissionais de saúde, como os agentes comunitários de saúde, os quais atuam diretamente com o público e realizam as coletas.

A partir disso, foi necessário criar meios de entender a comunidade e como será possível ajudá-la, por isso, ao compreender que as mulheres negras mães são as mais vulneráveis dentre o grupo feminino, segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁹, a ação de Saúde Mental das Mães Negras foi realizada e a fragilidade social a qual elas estão submetidas foi reafirmada. Foi possível, então, criar um vínculo inicial de confiança com a comunidade, através de uma roda de conversa, a qual contou com interação espontânea das mulheres presentes, e conhecer de maneira mais íntima as pessoas que se beneficiaram com uma política efetiva de saúde da população negra.

Portanto, os resultados obtidos até o momento atual evidenciam a complexidade de se trabalhar com um grupo de pessoas que é invisibilizado e violentado há centenas de anos. Foi percebido que, será necessário a compreensão e apoio dos gestores, coordenadores, profissionais e, até mesmo, da população do município de São Cristóvão para que as devidas providências sejam tomadas. Assim, mais movimentações serão precisas para possibilitar resultados maiores.

- Avanços

A princípio, como foi observado na seção de Resultados, os avanços ainda não são tão extensos, porém, são expressivos ao considerar o pouco tempo de trabalho. Nesse sentido, a principal conquista é a introdução de uma referência técnica



composta pela SMS de São Cristóvão e integrantes da Universidade Federal de Sergipe, em vista da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o que até então era inexistente no município.

Ademais, após a ação na Academia da Saúde de São Cristóvão, percebeu-se uma maior aceitação da população quanto a uma política voltada exclusivamente para as pessoas negras, mediante os comentários de apoio e agradecimentos acerca do propósito da ação e do projeto, apesar de uma possível resistência sobre o tema, visto que, anteriormente, nunca houve no município, a tentativa de aplicação e apresentação da PNSIPN para a população.

Os avanços e evoluções ainda estão em avaliação, já que é um projeto recente e em andamento.

- Desafios

Dentro do processo de construção do projeto e para sua manutenção foram e são encontrados os seguintes desafios:

- Dificuldade do entendimento da necessidade da adoção de uma política voltada exclusivamente para pessoas negras, tanto por parte dos profissionais da saúde quanto dos próprios cidadãos, devido ao Racismo Institucional o qual, enraizado no país, impossibilita a preocupação necessária para criar mecanismos efetivos de combate ao racismo;
- Desconhecimento da PNSIPN por parte dos profissionais da área de saúde;
- Despreparo dos profissionais, como agentes comunitários de saúde, quanto a coleta do quesito raça/cor, no sentido da abordagem ao cidadão;
- Ausência de coleta de dados com o quesito raça/cor nos últimos anos e, com isso, dificuldade para produção de análises e interpretações que indiquem de maneira fidedigna a realidade da saúde do município;
- Falta de investimento financeiro para a produção de ações de maior alcance.



CONCLUSÃO

Por conseguinte, conclui-se que a experiência apresentada, apesar de inicial, é de suma importância para todo o povo brasileiro, principalmente para aos cidadãos negros, os quais possuem uma situação de saúde historicamente voltada para negligência e desamparo. É certo que o número de projetos e pesquisas voltadas para a saúde da população negra ainda são limitados, o que dificulta a produção, aquisição e repasse de conhecimento acerca do tema. A vista disso, espera-se que o presente relato contribua e sirva de espelho para outros pesquisadores, profissionais e estudantes da área da saúde, os quais procuram transformar a saúde do país, garantir os princípios do Sistema Único de Saúde e promover um processo de reparação histórica para esses que foram e são vilipendiados nas mais diversas instâncias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Professor Roberto Lacerda, coordenador do projeto de extensão, pela iniciativa de procurar meios de melhorar a saúde da população negra e por permitir a minha participação de maneira ativa e engrandecedora.

Agradeço à Pró-Reitoria de Extensão (ProEX) da Universidade Federal de Sergipe por viabilizar e apoiar a existência do projeto de extensão em questão e, assim, somar ao currículo acadêmico práticas de cuidado com a comunidade.

Agradeço, também, à toda equipe da Secretaria Municipal de São Cristóvão, especialmente, à Priscilla, Mário e Raíssa que, desde o início, formam, junto a UFS, a equipe de referência de saúde da população negra do município de São Cristóvão.

Por fim, agradeço aos meus colegas, discentes da UFS, que trabalham com muito amor e força de vontade para garantir que o projeto funcione e gere impactos positivos e duradouros para o povo negro.

REFERÊNCIAS



1. Brasil. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN. Biblioteca Virtual em Saúde MS. De maio de 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html
2. Brasil. Abril de 2008. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil - Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf
3. Ferreira L. Martins F. Uma década após criação, apenas 28% dos municípios brasileiros implantaram Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 14 nov 2019; Gênero e Número: 1.
4. Sampaio EO. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. Inter 2003; 4(6): 77-83. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/download/561/598>
5. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [base de dados online]. São Cristóvão: Cidades IBGE. 2017. Acesso em 05 de junho de 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>
6. DATASUS - Banco de dados do Sistema Único de Saúde [base de dados online]. São Cristóvão: Ministério da Saúde. Acesso em 05 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>
7. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [base de dados online]. Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros - Vulnerabilidade Social no Estado de Sergipe. 2015. Acesso em: 07 de junho de 2022. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8908/1/Vulnerabilidade%20Sergipe.pdf>
8. e-SUS APS – Estratégia Atenção Primária [base de dados online]. São Cristóvão. 2021. Acesso em: 08 de junho de 2022. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/esus/>
9. Brasil. 2004. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes - Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf
10. Brasil. Portaria nº 344, de 01 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Biblioteca Virtual em Saúde MS. De fevereiro de 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html
11. De Souza I, Silva M, Filho A, Araújo E. Pandemia: Negligência na coleta de dados potencializa vulnerabilidade da população negra. Carta Capital. 29 set 2021; Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/pandemia-negligencia-na-coleta-de-dados-potencializa-vulnerabilidade-da-populacao-negra/>.